



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE
PARA A ADJUDICAÇÃO DA:**

**Aquisição dos serviços de gestão e manutenção dos sistemas de Águas de
Abastecimento público do Concelho de Vimioso para o triénio 2024-2026**

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I - CLAUSULAS GERAIS

(Código dos Contratos Públicos)



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

CADERNO DE ENCARGOS - CONDIÇÕES GERAIS

Conteúdo

Objeto e preço base.....	4
Contrato	4
Vigência	5
Obrigações gerais principais do prestador de serviços	5
Fases da prestação do serviço	9
Forma de prestação do serviço	9
Prazo de prestação do serviço	10
Conformidade e garantia técnica	10
Aceitação dos serviços a produzir ao abrigo do contrato e forma de pagamento.....	10
Transferência da propriedade	12
Objeto do dever de sigilo.....	12
Prazo do dever de sigilo	12
Preço contratual.....	13
Condições de pagamento.....	14
Penalidades contratuais	15
Força maior.....	18
Resolução por parte do contraente público	19
Resolução por parte do prestador de serviços.....	20
Execução da caução.....	21
Seguros.....	21
Foro competente.....	22
Trabalhadores afetos à prestação de serviços.....	22
Proteção de dados pessoais	23
Subcontratação e cessão da posição contratual	25
Comunicações e notificações.....	25
Deveres de informação	25
Transição dos serviços objeto do contrato	25
Contagem dos prazos.....	26
Fiscalização	26
Legislação aplicável.....	26



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

CADERNO DE ENCARGOS CONDIÇÕES GERAIS

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.^a

Objeto e preço base

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objetivo principal a aquisição de **“Aquisição dos serviços de gestão e manutenção dos sistemas de Águas de Abastecimento público do Concelho de Vimioso para o triénio 2024-2026”**.

2 – O preço base para efeito de concurso é de €973.319,03 (novecentos e setenta e três mil, trezentos e dezanove euros e três cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado e foi fixado com base em preços correntes de mercado.

Cláusula 2.^a

Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos de erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Cadernos de Encargos;
- c) O Presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta Adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário, se os houver.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e os seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quando os ajustamentos propostos de acordo com



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Vigência

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam que perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II

Obrigações Contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições Gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações gerais principais do prestador de serviços

1 - O objeto do contrato consiste na prestação de serviços de exploração e manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Humano no Concelho de Vimioso, descritos mais pormenorizadamente no Anexo Técnico, Sistema Associado às ETA's do Angueira (Nova e Velha) que inclui a captação e elevação de Fonfria, a elevação da Terronha e abrange tudo o que respeita às localidades de Vimioso, Campo de Víboras, Algosó e Vale de Algosó; Sistemas Associados à ETA do Maças (Nova e Velha) que inclui também a Estação sobre elevatória de Vieira e abrange tudo o que respeita às localidades de Argoselo, Carção, Santulhão, Matela, Avinhó e Junqueira; Sistemas independentes de Avelanoso, Angueira, Serapicos, São Joanico, Pinelo, Vale de Pena, Vale de Frades, Vila Chã, Uva, Mora, Vilar Seco e Caçarelhos), desenvolvendo todas as atividades necessárias ao seu perfeito funcionamento de forma a garantir água em quantidade 24 horas por dia e, simultaneamente, garantir o cumprimento dos parâmetros da água para consumo humano estipulados legalmente no D.L. 306/2007, de 27 de agosto, na sua



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

redação atual, ou outro que o possa vir a substituir na vigência do contrato, bem como monitorizar permanentemente e atualizar, quando necessário, a Avaliação de Riscos dos diversos sistemas de abastecimento de água, procedendo à sua implementação em todos os sistemas de abastecimento de água atrás referidos, devendo processar uma correta manutenção e conservação de todas as instalações (incluindo todos os trabalhos, todas as substituições de equipamentos que sejam necessárias, mesmo que, por limite de vida útil dos mesmos, toda a mão de obra, todos os materiais, todas as ferramentas, todos os meios de transporte de pessoal e equipamentos, reagentes, telefones e tudo o demais que sejam necessários, à exceção dos custos de energia elétrica e eventuais melhorias nas instalações que serão da responsabilidade do Município de Vimioso.

2 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos Condições Técnicas ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações gerais principais:

- a) Obrigação de explorar todos os equipamentos das instalações e as mesmas no global, de forma permanente, alcançando graus de tratamento que correspondam, no mínimo, ao imposto pela legislação em vigor.
- b) Obrigação de executar todos os trabalhos de manutenção e conservação necessários ao perfeito estado dos elementos de construção civil de todos os sistemas e elementos a eles associados.
- c) Executar todos os trabalhos de manutenção e conservação dos equipamentos metalomecânicos e eletromecânicos, instalações elétricas e instrumentação e condutas afetas aos sistemas;
- d) Reparar ou substituir todos os elementos deteriorados pelo uso normal ou por deficiente condução das instalações, incluindo-se a substituição de equipamentos que seja necessário por mau uso ou por fim de vida útil dos mesmos;
- e) Reparar eventuais roturas ou outras avarias nas condutas adutoras associadas aos diversos sistemas incluídos na prestação de serviço.
- f) Efetuar todas as ações de manutenção preventiva de acordo com um plano anual que inclua todas as instalações do contrato, a aprovar pelo Município de Vimioso;
- g) Adquirir, armazenar e utilizar todos os materiais, reagentes, consumíveis e utilitários ou outros serviços necessários à operação e manutenção das instalações;



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

- h) Utilizar de forma correta e adequada as quantidades de reagentes necessários para um tratamento eficiente da água;
- i) Estabelecer um registo de dados processuais que permitam a análise do funcionamento dos equipamentos e/ou órgãos das diversas captações elevatórias, reservatórios, estações elevatórias e estações de tratamento;
- j) Estabelecer o registo de informações resultantes das inspeções periódicas aos equipamentos, instalações elétricas e manutenção de forma a criar um ficheiro de dados que apoie os serviços de conservação e manutenção daqueles equipamentos e instalações;
- k) Assegurar um perfeito estado de limpeza no interior das instalações e circulações existentes, garantindo simultaneamente que as pinturas das instalações e dos equipamentos se mantenham em bom estado;
- l) Manter em bom estado de conservação todos os elementos afetos às instalações de tratamento e elevação, nomeadamente acessos, edifícios de apoio à exploração, redes de águas ou tratamentos, redes de energia elétrica e de drenagem de águas residuais e quaisquer outros existentes no interior ou exterior das instalações que constituem os sistemas a concurso;
- m) Manter um espaço aberto ao público, na sede de concelho, durante o horário normal de trabalho do Município de Vimioso, que possa acolher os serviços administrativos e permita o armazenamento de equipamentos, ferramentas e consumíveis.
- n) Manter os meios e a equipa técnica constantes da proposta, e cujos valores de referência são definidos no Caderno de Encargos.;
- o) Manter em perfeito estado todas as instalações de controlo, informação e automatismos dos sistemas;
- p) Efetuar o transporte e depositar em local legalmente permitido as areias, lamas, vasilhame e restos de produtos de tratamento e outros resíduos provenientes da exploração dos sistemas, bem como garantir um encaminhamento legal dos resíduos produzidos;
- q) Comunicar à entidade adjudicante a afluência de águas contendo substâncias perturbadoras ou inibidoras dos processos de tratamento, com a indicações das medidas a tomar para evitar que a situação se repita;



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

- r) Assegurar e estabelecer um plano de controlo analítico para águas captadas e tratadas que permita efetuar um acompanhamento eficaz do tratamento e da qualidade da água produzida;
- s) Fazer o controlo analítico previsto para águas de consumo humano. O controlo analítico não pode ser inferior ao estabelecido na legislação vigente, ou outra que a venha a substituir, nem inferiores às definidas no Caderno de encargos (condições técnicas) e os resultados devem ser comunicados ao Município de Vimioso;
- t) Fazer todas as comunicações que o Município de Vimioso, por força da lei tenha que fazer, e em seu nome, nomeadamente, resultados de controlo analítico, volumes de caudais, incumprimentos ou outras. Os comunicados devem ser feitos a todas as entidades devidas por força da lei e podem ainda ser feitos a outras entidades oficiais que os venham a solicitar e ainda a quem o Município de Vimioso o designar.
- u) Acompanhar a entidade adjudicante, ou quem esta indicar, em visitas às instalações.
- v) Coordenar os serviços, nomeadamente a produção de água com o Município de Vimioso ou outras entidades ou empresas em que esta delegue, de modo a que a produção de água e seu encaminhamento até à saída dos depósitos se faça de forma o mais eficiente possível, o mesmo acontecendo relativamente aos consumos de energia das instalações e às captações de água bruta, devendo todas estas tarefas ser realizadas no sentido de maximizar a produção de água em quantidade e qualidade.
- x) Monitorizar permanentemente e atualizar, quando necessário, a Avaliação de Riscos dos diversos sistemas de abastecimento de água, proceder à sua implementação e adaptação.
- y) Outras que estejam definidas nesta parte do Caderno de Encargos - condições Gerais, no Caderno de Encargos – Condições Técnicas ou no Programa de Procedimento.
- z) Execução de relatório, no início da atividade, em que se deve inventariar todo equipamento existente de todas as instalações, bem como, as condições atuais em que se encontram.
- aa) Execução de relatório, no fim da atividade, em que se deve inventariar todo equipamento existente em todas as instalações, bem como, as condições em que se encontrarem (a entregar um mês antes do fim do contrato).



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

bb) Detecção de fugas de água com recurso a geofone, ou outro método que se venha a revelar tanto ou mais eficiente. Serviço a ser executado sempre que justificado e solicitado pela entidade contratante, até ao limite máximo de 15 inspeções, no contrato em vigor.

3 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Fases da prestação do serviço

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados em regime contínuo não havendo lugar a divisão em fases do mesmo.

Cláusula 6.^a

Forma de prestação do serviço

1 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a realizar reuniões de coordenação sempre que haja necessidade de alterar procedimentos já definidos ou adotar procedimentos novos, com os representantes do Município de Vimioso, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2 – As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

3 – Para além das reuniões previstas no nº1, desta clausula, deverão ocorrer reuniões semanais com o chefe de exploração, no terreno ou gabinete (a combinar semanalmente), e reuniões mensais com o coordenador da prestação do serviço.

4 – O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Município de Vimioso, com uma periodicidade mensal e até ao dia 15 do mês seguinte à prestação, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato, nomeadamente registos de caudais de águas residuais tratados ou elevados, resultantes



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

de medição ou estimativa, registo dos consumos de energia de cada instalação, registo das horas de funcionamento dos diversos equipamentos de cada sistema, registo do controlo analítico efetuado e respetivos resultados, registo de avarias ou outras anomalias ou operações que não sejam de rotina.

5 – Até ao dia 31 de janeiro de cada ano, o prestador de serviços fica também obrigada a apresentar ao Município de Vimioso, um relatório anual das atividades desenvolvidas no ano anterior, com o resumo de todos os resultados e dos factos mais importantes observados nesse período.

6 – Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

7 – Os requisitos técnicos em que devem decorrer os trabalhos são os constantes deste caderno de encargos nas suas partes de condições gerais e de condições especiais.

Cláusula 7.^a

Prazo de prestação do serviço

O prazo para a prestação de serviço será de 36 meses, contados desde o início da exploração que, previsivelmente, ocorrerá no dia 1 de janeiro de 2024.

Cláusula 8.^a

Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Vimioso, às exigências e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código de Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.^a

Aceitação dos serviços a produzir ao abrigo do contrato e forma de pagamento.

1 — A prestação de serviço será prestada de forma contínua desde o primeiro ao último dia do contrato.

2 - Para efeitos de pagamentos, será dividida em mensalidades.



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

3 - No prazo de 15 dias a contar da prestação de cada mês o adjudicatário entrega ao Município de Vimioso o relatório mensal respetivo.

4- No prazo de 20 dias após receção do relatório mensal, o Município de Vimioso procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos – Condições técnicas Gerais e Condições Técnicas Específicas, bem como outros requisitos exigidos por lei.

5 — Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Vimioso toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

6 — No caso da análise do Município de Vimioso a que se refere o n.º 2 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nos Caderno de Encargos ou outras legalmente exigíveis, o Município de Vimioso deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços, reservando-se o direito de aplicar as penalidades resultantes da não conformidades verificadas.

7 — No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Vimioso, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos, nos meses posteriores ou mesmo retificar eventuais erros se ainda for possível.

8 — Caso a análise do Município de Vimioso comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 15 dias a contar do termo dessa análise, comunicação de aceitação pelo Município de Vimioso.



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

9 — A emissão da comunicação a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos presente Caderno de Encargos ou legislação aplicável.

Cláusula 10.^a

Transferência da propriedade

Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos entregues ou executados no âmbito do contrato, para o Município de Vimioso.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 11.^a

Objeto do dever de sigilo

1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vimioso, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviço ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Vimioso

Cláusula 13.^a

Preço contratual

1 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vimioso deve pagar ao prestador de serviços o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for devidamente devido.

2 - O pagamento da prestação de serviço, objeto deste contrato, será feito mensalmente tendo em conta as instalações exploradas no respetivo mês e serviços efetivamente prestados.

3 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, (incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes, ou licenças e ainda seguros inerentes à atividade e demais tarefas necessárias à completa prestação de serviço) à exceção dos custos de energia elétrica e eventuais melhorias nas instalações que serão da responsabilidade do Município de Vimioso.

4 – Parâmetros de Cálculo:

Os custos mensais dos serviços de Exploração e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Águas para Consumo Humano no Município de Vimioso, que estiverem em funcionamento serão determinados pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$CM_{\text{Genérica}} = SA + SM + \Sigma S_n + f \times F_g$$

$$CM_{\text{Quanto incluir relatórios das instalações}} = SA + SM + \Sigma S_n + RI (\text{início ou fim}) + f \times F_g$$



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

Onde,

CM – Mensalidade

SA – É o custo fixo mensal corresponde à Exploração dos Sistemas Associados às ETA's do Angueira (Vimioso, Campo de Víboras, Algosos e Vale de Algosos);

SM – É o custo fixo mensal correspondente à Exploração dos Sistemas Associados às ETA's do Maças (Argoselo, Carção, Santulhão, Matela, Avinhó e Junqueira);

S_n – É o custo fixo mensal associado à exploração de cada sistema independente (n variável, tendo como máximo os 12 sistemas independentes de Avelanoso, Angueira, Serapicos, São Joanico, Pinelo, Vale de Pena, Vale de Frades, Vila Chã, Uva, Mora, Vilar Seco e Caçarelhos);

RI – Relatórios das instalações, previstos nos artigos 1 e 2 do mapa de quantidades. A elaborara um no início e o outro no fim do contrato.

f- Número de inspeções à rede (máximo de 15 unidades por contrato).

Fg – Preço unitário fixo da deteção de fugas.

Na fatura mensal considerar-se-ão apenas o número de sistemas efetivamente explorados e com o rendimento previsto.

Ao valor mensal referido poderá a Câmara deduzir automaticamente as penalidades previstas por não se conseguirem os resultados estipulados ou outras previstas no Caderno de Encargos.

5 – Nos termos do artigo 300º do CCP, não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1 – A(s) quantia(s) devida(s) pelo Município de Vimioso, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo legalmente estipulado para o efeito, após a receção, pelo Município de Vimioso, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a Comunicação feita nos termos das clausulas 9.^a e 13.^a atrás referidas. Caso a fatura seja emitida antes da comunicação de



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

aceitação do Município de Vimioso é a data desta comunicação que conta para efeitos de pagamento.

2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação da prestação de serviço mensal, em função dos elementos e relatórios entregues pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.

3 – Em caso de discordância por parte do Município de Vimioso quanto aos valores indicados nas faturas, que devem em cada mês incluir a dedução de eventuais penalizações que a Câmara Municipal aplique, deve esta comunicar ao prestador de serviço, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária ou outro método acordado entre as partes.

Capítulo III

Penalidades Contratuais e resolução

Cláusula 15.^a

Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vimioso pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelos incumprimentos na qualidade da água após tratamento, calculada de acordo com o seguinte:

Valor a deduzir ao valor mensal da instalação em incumprimento na qualidade da água após tratamento, a título de penalidade	Valor a deduzir = $V_{mi} \times (N.^{\circ} \text{ de parâmetros com incumprimento na instalação} / N.^{\circ} \text{ de total de parâmetros analisados na instalação})$ Em que: V_{mi} = Valor mensal da instalação em incumprimento
---	--



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

- b) Pelos incumprimentos por interrupção total ou parcial de prestação de serviço por período superior a 4 horas consecutivas, calculado da seguinte forma:

Valor a deduzir ao valor mensal da instalação em incumprimento por interrupção, a título de penalidade. O incumprimento é considerado sistema a sistema.	$\text{Valor a deduzir} = V_{mi} \times (\text{N}^{\circ} \text{ de dias de paragem} / 30)$ <p>Em que:</p> <p>V_{mi} = Valor mensal da instalação em incumprimento</p> <p>Considera-se 1 dia de paragem quando haja interrupção total ou parcial de prestação de serviço por período superior a 4 horas consecutivas</p>
--	---

- c) Pelos incumprimentos relacionados com a equipa de exploração, quando inferior à apresentada na proposta, será deduzido um valor na fatura mensal, calculado da seguinte forma:

Valor a deduzir ao valor mensal total, a título de penalidade, quando a equipa de exploração for inferior à proposta. Considera-se equipa de exploração inferior à proposta: <ul style="list-style-type: none">A falta de qualquer elemento da equipa proposta por período superior a 20 dias;A ausência das qualificações exigidas no Caderno de Encargos, relativas a qualquer elemento da equipa, por período superior a 20 dias.	$\text{Valor a deduzir} = V_{mt} - (2 \times \text{SMN} \times \text{TS} + \text{SMN} \times \text{ORH})$ <p>Em que:</p> <p>V_{mt} = Valor mensal total no mês do incumprimento</p> <p>SMN= Salário Mínimo Nacional em vigor</p> <p>TS= N.º de Técnicos Superiores em falta</p> <p>ORH= N.º de Outros Recursos Humanos em falta</p>
---	--



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

d) Por outros incumprimentos na prestação de serviço, (insuficiência de recursos de exploração, não cumprimento de rotinas, não prestação de esclarecimentos solicitados ou de comunicação de resultados, e outras que afetem a prestação de serviço), calculada de acordo com a gravidade da situação e com as seguintes regras:

d.1) – Valor variável entre o mínimo de €100,00 e o máximo correspondente a 1,25 do benefício obtido pelo adjudicatário com essa falha.

d.2) – Valor correspondente a 1,25 de eventuais coimas que venham a ser aplicadas ao Município de Vimioso por causa imputável a incumprimento do adjudicatário.

d.3) – Valor variável entre o mínimo de €100,00 e o máximo de €2 000,00 no caso de não ser possível determinar a coima nos moldes das regras anteriores e em função da gravidade das mesmas.

2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Vimioso pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 25% do valor correspondente ao período de tempo que decorreria até ao seu término normal.

3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vimioso tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

4 – A Câmara Municipal, caso considere que a justificação do adjudicatário para o eventual incumprimento de regras definidas é pertinente e aceitável, pode decidir não aplicar as penalidades previstas e proceder ao pagamento normal da prestação de serviço do período em causa.

5 – A Câmara Municipal, no caso de o adjudicatário corrigir as anomalias que levaram à aplicação de penas pecuniárias nos meses seguintes ao do incumprimento, e se de tal não tiver resultado prejuízo para o Município de Vimioso, pode anular a pena aplicada e proceder à devolução da verba deduzida.

6 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vimioso exija uma indemnização pelo dano excedente.



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

Cláusula 16.^a

Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços nem é havida, como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviço ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como sociedades ou grupos de sociedade dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

h) Ocorrência de condições climáticas adversas que estejam dentro do que é previsível venha a acontecer no período de vigência do contrato, nomeadamente neve, geadas ou trovoadas.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.^a

Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Vimioso pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, no caso de atraso total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato, ou da interrupção de prestação injustificada, ou prestação que ponha em causa o normal abastecimento de água aos sistemas em termos de quantidade ou qualidade da água.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Vimioso.

3 – Para efeitos do disposto no número 1 desta cláusula, considera-se entre outros, motivo de resolução (rescisão) do contrato o seguinte:

a) O adjudicatário interromper a exploração total por um período superior a 8 dias consecutivos ou 10 dias alternados num ano, ou 20 dias na vigência do contrato, em qualquer um dos 2 sistemas associados às ETA's do Maças e do Angueira, ou acumular 60 dias de interrupção de fornecimento em sistemas individuais no total do contrato separadamente, sem que tal esteja previsto no seu programa ou sem motivo de força maior devidamente aceite pela entidade adjudicante;



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

- b) O adjudicatário sonegar, distorcer ou, por qualquer modo, alterar dolosamente informações respeitantes aos caudais e às características qualitativas das águas tratadas e distribuídas;
- c) O adjudicatário demonstrar, sistematicamente, negligência no cumprimento das suas obrigações no respeitante à exploração;
- d) Forem sistematicamente desrespeitadas pelo adjudicatário as indicações e recomendações feitas pela fiscalização, no que respeita à exploração, ou aquele se eximir à execução de obras e trabalhos de manutenção ou reconstrução, indispensáveis à permanência das instalações em bom estado de conservação e funcionamento.
- e) Se não se conseguirem resultados médios de verificação da qualidade da água produzida superiores a 96% dos parâmetros analisados em cada ano.

4 – No caso de qualquer das partes fundamentadamente denunciar o contrato, as partes programarão e procederão a um encerramento ordenado dos serviços tendo em vista a sua eventual transmissão a terceiros e a sua continuidade sem quebra de qualidade.

Cláusula 18.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando o montante do contrato que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 dias ou quando o montante em dívida exceda 30% do preço contratual, excluindo juros.

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos legais.

3 – Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vimioso, que produz efeitos 60 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 19.^a

Execução da caução

- 1 – A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimentos, pode ser executada pelo Município de Vimioso, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
- 2 – A resolução do contrato pelo Município de Vimioso não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
- 3 – A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 dias após a notificação do Município de Vimioso para esse efeito.
- 4 – Não haverá lugar a redução da caução ao longo da prestação de serviço objeto do presente concurso.
- 5 – A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a

Seguros

- 1 – É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Riscos de Responsabilidade civil e ambiental pela atividade desenvolvida;
 - b) Cobertura de acidentes de trabalho.
- 2 – O Município de Vimioso pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 10 dias.



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 21.^a

Foro competente

1 - Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato devem ser dirimidos por tribunal arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:

- a) Sem prejuízo do disposto nas alíneas b) a d), a arbitragem far-se-á de acordo com as regras processuais propostas pelos árbitros;
- b) O Tribunal Arbitral tem sede em Vimioso e é composto por três árbitros;
- c) O contraente público designa um árbitro, o prestador de serviços designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;
- d) No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro presidente, deve este ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo territorialmente competente.

2 – O tribunal arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 22.^a

Trabalhadores afetos à prestação de serviços

1 - O prestador de serviços obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por via do n.º 2 do artigo 451.º do mesmo diploma, nos termos do qual:

- a) Sendo a vigência do contrato superior a 1 ano, os trabalhadores afetos ao contrato prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo;



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

- b) Sendo a vigência do contrato igual ou inferior a 1 ano, os trabalhadores afetos ao contrato podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, não podendo o vínculo laboral ter duração inferior à vigência do contrato de prestação de serviços.

2 - São aplicáveis as exceções previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP.

Cláusula 23.^a

Proteção de dados pessoais

1 - O adjudicatário é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD), devendo, nomeadamente:

- a) Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas do Município, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando, nesse caso, o Município desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
- b) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou que estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- c) Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32.º do RGPD;
- d) Garantir o cumprimento do RGPD, designadamente os n.ºs 2 e 4 do artigo 28.º, quando pretenda contratar um subcontratante, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o adjudicatário celebra com outras entidades por si subcontratadas;
- e) Tomar em conta a natureza do tratamento e, na medida do possível, prestar assistência ao Município pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no capítulo III do RGPD;



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

- f) Prestar assistência ao Município no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor;
- g) Consoante a escolha do Município, apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluído o contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
- h) Disponibilizar ao Município todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, facilitando e contribuindo para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo Município ou por outro auditor por esta mandatado.

2 - No que diz respeito a alínea h), o adjudicatário informa imediatamente o Município se, no seu entender, alguma instrução violar o presente regulamento ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

3 - O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, uma grave violação das obrigações assumidas pelo adjudicatário, podendo o Município aplicar as sanções contratuais previstas no CCP, designadamente proceder à resolução do contrato a título sancionatório.

4 - Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o Município terá, ainda, direito de regresso, oponível ao adjudicatário, de qualquer indemnização, multa e outros prejuízos que lhe tenham sido atribuídos, em virtude de incumprimentos do RGPD, quando estes tenham tido origem em conduta do adjudicatário e/ou dos seus colaboradores.

5 - Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido.

6 - A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Cláusula 24.^a



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 25.^a

Comunicações e notificações

- 1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.^a

Deveres de informação

- 1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a cocontratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
- 2 - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 27.^a

Transição dos serviços objeto do contrato

Em qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto do contrato para o Município de Vimioso ou para terceiro por esta designado, de modo a que se garanta a continuidade dos serviços objeto do contrato, a mínima perturbação destes, e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CAMARA MUNICIPAL

Cláusula 28.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 29.^a

Fiscalização

Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente caderno de encargos, o Município de Vimioso reveste-se dos poderes conferidos pelo art.º 302º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 30.^a

Legislação aplicável

Em tudo o mais não previsto neste caderno de encargos e no subsequente contrato, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos na parte correspondente.

Vimioso, agosto de 2023

O Presidente da Câmara Municipal

(Dr. António Jorge Fidalgo Martins)